STJ00115478

José Roberto dos Santos Bedaque

DIREITO E PROCESSO

Influência do direito material sobre o processo

7ª edição,
revista e ampliada

2022

EDITORA JUSPODIVM | MALHEIROS EDITORES

www.editorajuspodivm.com.br

STJ00115478

Direito e Processo

© José Roberto dos Santos Bedaque

1ª edição, 1995; 2ª edição, 1ª tiragem, 1997;
2ª edição, 2ª tiragem, 2001; 3ª edição, 2003; 4ª edição, 2006;
5ª edição, 01.2009; 6ª edição, 02.2011.

Direitos reservados desta edição por
MALHEIROS EDITORES LTDA.
Rua Paes de Araújo, 29, conjunto 171
CEP 04531-940 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3078-7205 – Fax: (11) 3168-5495
URL: www.malheiroseditores.com.br
e-mail: malheiroseditores@terra.com.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil
09. 2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B399d Bedaque, José Roberto dos Santos.
Direito e processo : influência do direito material sobre o processo / José Roberto dos Santos Bedaque. – 7. ed., rev. e ampl. – São Paulo : Malheiros/Juspodivm, 2022.

272 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-5860-027-5

1. Tutela jurisdicional. 2. Direito processual - Brasil. 3. Direito material. 4. Garantia constitucional. I. Título.
1. Processo civil - Brasil. I. Título.

CDU 347.919.6

Índice para catálogo sistemático:
1. Tutela jurisdicional 347.919.6
(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 8/10213)

STJ00115478

SUMÁRIO

Prefácio de Cândido Rangel Dinamarco 7

Capítulo I – Considerações Introdutórias

1. *Os dois planos do ordenamento jurídico* 13
2. *Revisitar o sistema processual* 21
3. *Instrumentalidade do processo* 24
4. *Direito e processo* 27
5. *Processo: instrumento ético* 31
6. *Breve notícia histórica* 39

Capítulo II – A Tutela Jurisdicional

7. *Noções gerais* 43
8. *O direito material, os institutos processuais e a tutela jurisdicional* 47
9. *O significado de tutela* 54
10. *Espécies de tutela e efetividade do processo* 58
11. *A natureza do direito e a tutela pleiteada* 61
12. *Tutela de direitos e tutela jurisdicional* 64
13. *O procedimento e a relação material* 70

Capítulo III – Técnica Processual e Escopos do Processo

14. *Acesso à ordem jurídica justa e flexibilização do sistema processual* 77
15. *Fatores determinantes da flexibilização* 83
    - 15.1 O juiz e o processo 83
    - 15.2 A postura do processualista 85
    - 15.3 O direito material 87
16. *Escopos do processo* 92
17. *Princípio da adaptabilidade do procedimento às necessidades da causa* 95

STJ00115478

18. Tutela jurisdicional diferenciada 97
19. A interdependência entre direito e processo e a eficácia do sistema 101
20. Inadequação da técnica processual 107

Capítulo IV – Institutos Processuais Analisados à Luz do Direito Material

21. Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária 118
22. Competência 121
23. A garantia constitucional da ação 123
23.1 O exercício do direito constitucional de ação e as regras infraconstitucionais do processo 130
23.2 Ação, tutela e condições da ação 137
23.3 Legítimo interesse processual 144
23.4 Legitimidade e possibilidade jurídica 147
23.5 Decadência, impossibilidade e mérito (Código de Processo Civil/1973) 149
23.6 A título de reflexão doutrinária: os arts. 75 do Código Civil/1916 e 5º, XXXV, da Constituição Federal 151
23.7 Condições da ação, tutela jurisdicional e coisa julgada 153
24. Elementos da ação 155
25. Pressupostos processuais e relação material 159
26. Pluralidade de partes: litisconsórcio e intervenção de terceiros 160
26.1 Litisconsórcio 162
26.2 Intervenção de terceiros 164
27. Nulidade processual e instrumentalidade das formas .. 168
28. Coisa julgada 170
28.1 Coisa julgada e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos 172
28.2 A coisa julgada como qualidade da sentença e de seus efeitos 175
29. Tutela executiva 183
29.1 Repensando o processo de execução 184
30. Tutela preventiva 189
31. Tutela provisória 192

STJ00115478

31.1 A função cautelar do mandado de segurança 199
31.2 Admissibilidade da tutela provisória 202
31.3 Tutela provisória cautelar e relação material 204
31.4 Antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional mediante cognição sumária 206
31.5 Tutela provisória de urgência: cautelar e tutela antecipada 210
32. O mandado de injunção e o controle de constitucionalidade 222
32.1 Os direitos tutelados pelo mandado de injunção 229
32.2 O mandado de injunção e o direito material constitucional 230

Capítulo V – Conclusões

33. Conclusão geral 239
34. Conclusões específicas 240

Bibliografia 247